SF/26420.21630-17 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e o papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global.

Para discutir sobre esse tema, julgamos importante contar com a presença de autoridades governamentais, de dirigentes de associações representativas de classe e de especialistas na área.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- representante do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE);
- representante da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS);
- representante da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM).

JUSTIFICAÇÃO

A descarbonização deixou de ser uma pauta exclusivamente ambiental para se tornar a espinha dorsal da nova economia global, redefinindo as relações

SF/26420.21630-17 (LexEdit)

de poder e os fluxos de investimento no século XXI. Enquanto as grandes potências mundiais ainda lutam para reduzir a forte dependência de combustíveis fósseis, especialmente o carvão, o Brasil já desponta como uma liderança natural, operando com uma das matrizes energéticas mais renováveis do mundo. O objetivo desta audiência pública é discutir como o País pode converter essa vantagem comparativa em prosperidade real, promovendo uma transição energética que seja justa, inclusiva e soberana. Uma transição "justa" é aquela que concilia a proteção ambiental e o cumprimento de metas climáticas com a segurança do abastecimento, a redução das desigualdades sociais e a modicidade tarifária para o cidadão.

O diferencial competitivo brasileiro reside na composição de sua matriz elétrica, que já atinge 88,2% de renovabilidade, um índice significativamente superior à média global e aos patamares das nações da OCDE. Esse perfil permite que o setor produtivo nacional não seja o principal emissor de gases de efeito estufa (GEE) do País, transformando a nossa energia em um ativo de sustentabilidade no mercado internacional. Enquanto no exterior os setores industrial e de energia são os grandes poluidores, no Brasil cerca de 75% das emissões concentram-se no uso da terra e agricultura, o que coloca a nossa matriz energética na vanguarda da economia de baixo carbono. O debate deve focar em como ampliar essa liderança através do fomento a novos vetores, como o hidrogênio de baixa emissão e as eólicas offshore, cujos projetos em licenciamento no País já somam quase 247 GW de potencial.

A transição energética brasileira é o vetor de reindustrialização verde que atrairá capital para tecnologias disruptivas. Para que esse salto tecnológico ocorra com segurança jurídica, é fundamental discutir marcos regulatórios que incentivem a captura e estocagem de carbono (CCS) e assegurem investimentos robustos em infraestrutura de transmissão. O crescimento acelerado das fontes eólica e solar, que já compõem quase um quarto da geração total, exige uma

SF/26420.21630-17 (LexEdit)

malha de conexão eficiente para levar a energia limpa produzida, especialmente no Nordeste, aos grandes centros de consumo e exportação.

Nesse ecossistema, o gás natural desempenha um papel estratégico e indispensável como combustível de transição. Emitindo 45% menos CO2 que o carvão, o gás garante a resiliência do sistema elétrico ao servir de suporte necessário diante da intermitência das fontes renováveis. Ao reduzir o custo da energia para a indústria e o custo de produção de fertilizantes, o uso estratégico do gás natural atua diretamente na redução do preço dos alimentos e na proteção do poder de compra das famílias. Uma transição justa deve garantir que o avanço sustentável resulte em tarifas menores para o cidadão e em uma economia protegida de crises externas, convertendo a riqueza dos recursos naturais em infraestrutura e educação nacional.

Além disso, a descarbonização deve ser sentida no cotidiano das grandes cidades através da eletrificação do transporte e da mobilidade verde. O debate proposto visa construir consensos para que o país se consolide como o porto seguro para o investimento verde global, utilizando seus recursos naturais para gerar emprego qualificado e tecnologia de ponta. Ao alinhar metas ambientais à competitividade industrial, o parlamento brasileiro reafirma sua soberania na nova economia verde, garantindo um futuro digno, sustentável e próspero para as próximas gerações de brasileiros

Sala da Comissão, 19 de maio de 2026.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)